



FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S.A.

CNPJ Nº 00.924.429/0001-75

10. IMOBILIZADO

O imobilizado está composto por:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Instalações	1.565	327	1.565	334
Máquinas e equipamentos	26.806	20.662	26.806	20.662
Veículos	2.862	1.436	2.862	1.453
Móveis e utensílios	5.257	5.133	5.257	5.141
Equipamentos de processamento de dados	4.441	3.513	4.441	3.520
Locomotorvas e vagões	60.540	59.147	60.540	59.147
Imobilizações intangíveis e outros	10.832	7.851	10.832	7.851
	112.303	98.069	112.303	98.108
Benfeitorias em propriedades arrendadas (a)				
Instalações	309.853	241.850	309.853	241.905
Locomotorvas e vagões	135.030	125.191	135.030	125.191
Máquinas e equipamentos	2.990	2.497	2.990	2.497
	447.873	369.538	447.873	369.593
	560.176	467.607	560.176	467.701
	(118.714)	(81.596)	(118.714)	(81.612)
	441.462	386.011	441.462	386.089
Terrenos	311	311	311	311
Imobilizações em curso - propriedades arrendadas	6.239	2.204	6.239	2.204
Imobilizações em curso - bens próprios	14.240	6.035	14.240	6.035
Estoques para inversões fixas	24.569	13.719	24.569	13.719
Total do imobilizado	486.821	408.280	486.821	408.358

a) A amortização das benfeitorias em propriedades arrendadas está limitada ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia nomeou bens em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de ações fiscais.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora / Consolidado		
	Taxa de juros - a.a.	2003	2002
Em moeda estrangeira:			
MTSUI & Co., Ltd.	Libor + 2% + var. cambial	US\$ 134.395	180.520
Em moeda nacional:			
BNDÉS	cesta de moedas + 4,35%	33.320	36.357
BNDÉS	TJLP + 3%	215.924	182.548
Bradesco - Leasing	16% + var. cambial	US\$ -	842
CVRD - assistência financeira	94% do CDI	-	51.991
Totais		383.639	452.258
(-) Parcelas a vencer a curto prazo		(50.264)	(73.292)
Parcelas a vencer a longo prazo		333.375	378.966
As parcelas a vencer a longo prazo podem ser assim demonstradas:			
2004		-	30.087
2005		51.900	51.686
2006		52.205	51.686
2007		52.205	51.686
2008 a 2013		177.065	193.821
		333.375	378.966

Referem-se basicamente a empréstimos obtidos para financiar a aquisição de locomotivas, de peças de locomotivas, dormentes, trilhos, materiais de via permanente e equipamentos de informática. Os financiamentos estão garantidos por notas promissórias.

14. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação, realizada pelo prazo de concessão.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme deliberação da AGE realizada em 14 de maio de 2003, homologada pela AGE realizada em 7 de outubro de 2003, e de acordo com os termos da Resolução nº 295 da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT de 12 de setembro de 2003, a Companhia aumentou o capital social de R\$ 126.960 para R\$ 1.130.199 mediante a emissão de 100.323.894.917.000 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 0,01 por lote de 1.000 ações.

Em 31 de dezembro de 2003 o capital social está representado por 100.323.961.507.000 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

16. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em junho de 2003, objetivando o aprimoramento de suas práticas contábeis, a Companhia alterou o reconhecimento dos custos de arrendamentos e concessões, buscando reconhecê-los como arrendamento operacional.

Como reflexo desta alteração, a Companhia ajustou diretamente na conta de prejuízos acumulados, a baixa do saldo de despesas de arrendamento e concessão pagas antecipadamente já incorridas, no montante de R\$ 198.359.

A administração da Companhia entende que a adoção deste procedimento está em linha com as melhores práticas de contabilização de concessões governamentais, previstas na minuta de deliberação colocada em audiência pública pela CVM em 14 de dezembro de 2001.

17. PREVIDÊNCIA PRIVADA

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia é implantar um plano de Previdência Privada em substituição ao plano da REFER.

A partir de outubro de 2001 foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade complementar benefícios previdenciários aos empregados da Cia. Vale do Rio Doce e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

Consiste em um plano misto de benefícios e foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Privada de benefícios programáveis que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social e os de risco têm característica de benefício definido. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento ("Vesting"), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras. Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Em 31 de dezembro de 2003 existem 2.753 empregados aderidos ao plano (representando 76% dos empregados).

A suplementação de aposentadoria dos empregados está a cargo da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA, da qual a Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas. Para a formação de reservas técnicas com base em cálculos efetuados por atuário independente, além da contribuição dos empregados, a Companhia contribuiu com R\$ 479 no exercício de 2003 (2002 - R\$ 427).

18. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, são:

Modalidade	Cobertura	Valor da Cobertura (milhares)
Responsabilidade Civil Geral	Operação Ferroviária	R\$ 30.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 60.000
Responsabilidade Civil Geral	Passageiros do trem de Tiramendes/MG	R\$ 8.000
Transportes	All Risk	Averbações
Transportes de Importações	All Risk	Averbações
Riscos Diversos	Containeres	US\$ 5.000
Vida em Grupo	Empregados	Multisalariar
Acidentes Pessoais	Estagiários	R\$ 10

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A redução das despesas de depreciação e amortização em 2003 decorre do término da amortização de gastos pré-operacionais, ocorrido ao final de 2002.
- b) A redução do saldo da rubrica "Resultado Financeiro Líquido" em 2003 em comparação a 2002 provém, principalmente, do resultado de variação cambial do financiamento em moeda estrangeira.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				CONSELHO FISCAL				DIRETORIA			
Presidente: Mauro Oliveira Dias				Maria Cristina Ribeiro Rocha Balbino				Diretor-Presidente e de Relações com o Mercado Mauro Oliveira Dias			
Conselheiros: Carlos Ebner Marcos Fábio Coutinho Eustáquio Coelho Lott Estela Maria Praça de Almeida Manoel Cordeiro Silva Filho Said Helou Filho				Eduardo de Carvalho Duarte Mário Carneiro de Araújo				Francisco Abreu e Silva Diretor Financeiro Francisco Nuno Pontes Correia Neves Diretor Administrativo Jayme Nicolato Corrêa Diretor Operacional			

Aos Acionistas e Administradores da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

Belo Horizonte - MG

- Examinamos os balanços patrimoniais da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., Controladora e Consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido (somente controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- Conforme mencionado nas notas 1 e 12, foi formulado pedido de autorização à Agência Nacional de Transportes Terrestres em fevereiro de 2002, visando realizar cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento concedidos à Ferrovia Bandeirantes S.A.. Na cisão, a parcela do patrimônio líquido representada pelo trecho entre Vale Fértil/MG e Boa Vista/SP será vertida à Ferrovia Centro-Atlântica S.A., juntamente com todos os direitos e obrigações direta ou indiretamente relacionados ao respectivo trecho. A

partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2002, a Companhia passou a operar o referido trecho através de acordo operacional, registrando no resultado as receitas e custos decorrentes da operação do referido trecho. A concretização da cisão está sujeita ao cumprimento de diversas obrigações, bem como à análise e aprovação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres.

- Conforme revelado na nota explicativa 16, a Companhia finalizou o processo de revisão dos critérios de registro das despesas de arrendamento pagas antecipadamente e da conta de arrendamento e concessão a pagar, passando, a partir de 1º de janeiro de 2003, a considerar os arrendamentos dos bens vinculados à concessão como arrendamentos operacionais. Como resultado desse processo de revisão foi registrado no período o montante de R\$198.359 mil diretamente à conta de prejuízos acumulados, em decorrência de mudança da prática contábil. A Administração da Companhia acredita que os procedimentos ora adotados estão em consonância com o prazo de maturação dos investimentos realizados pelos acionistas controladores, a expectativa de resultados e o plano de negócios revisado da Companhia.
- A Companhia tem incorrido em prejuízos e apresentado capital de giro negativo, financiados por seus acionistas e por terceiros. De acordo com estimativas e projeções de sua administração, esses prejuízos deverão ser absorvidos pelos resultados de operações futuras. Até que os resultados sejam suficientes para absorver esses valores, a Companhia continuará a depender de recursos adicionais para financiamento e continuidade de suas operações, bem como para a recuperação do ativo imobilizado no curso normal de seus negócios.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Walmir Bolgheroni
Contador
CRC-SP 139.601/O-9 S/MG



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da Companhia, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Origens e Aplicações de Recursos, das Mutações Patrimoniais e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em

31 de dezembro de 2003, e tomando como base o parecer dos auditores independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária da Sociedade.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2004

Marcus Vinicius Dias Severini
Membro do Conselho

Maria Cristina Ribeiro Rocha Balbino
Membro do Conselho